



36318173



08004.000008/2026-95



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP**  
**COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA**

**LISTA DE PRESENÇA (36318306)**

| <b>Da<br/>ta</b>  | <b>30/06/2026</b>                 |              |
|-------------------|-----------------------------------|--------------|
| <b>Loc<br/>al</b> | <b>MJSP - 3º ANDAR sala 304</b>   |              |
| <b>ITE<br/>M</b>  | <b>NOME</b>                       | <b>ÓRGÃO</b> |
| 1                 | David de Lima Freitas             | SPO          |
| 2                 | Gilmar Araujo de Sousa            | CGOF/SPO/SE  |
| 3                 | Bruna Ignácio Moreira             | CGGE         |
| 4                 | Adenísio Alvaro de Souza          | AECI         |
| 5                 | Marina Reis Miguel Silva          | AECI         |
| 6                 | Guilherme Augusto S. Guedes       | AECI         |
| 7                 | Gabriela Mendes Freitas<br>Galete | ANPD         |
| 8                 | Priscila Yuvamoto                 | CADE         |
| 9                 | Raphael Baggio de Luca            | PF           |
| 10                | Luis Felipe B. Osorio             | PF           |
| 11                | Giovane Camargos Rezende          | PF           |
| 12                | Thifani Guimarães Costa           | PF           |

| <b>Da<br/>ta</b> | <b>30/06/2026</b>                   |          |
|------------------|-------------------------------------|----------|
| 13               | Isabella Porfirio Rosa              | PF       |
| 14               | Isabelle Henriques                  | PRF      |
| 15               | Diego C. Oliveira                   | SENAPPEN |
| 16               | Gustavo de Oliveira Antonio         | SAJU     |
| 17               | Juliana Amorim de Souza<br>Nogueira | SEDIGI   |
| 18               | Maria Cecília da Silva Lima         | SENAD    |
| 19               | Heliana Da Silva Melo               | SENAD    |
| 20               | Vanessa Luz                         | SENAPPEN |
| 21               | Paulo Henrique C. Sousa             | SENAPPEN |
| 22               | Maria do Carmo Rodrigues<br>Macedo  | SENAJUS  |
| 23               | Bernardo Mota                       | SENAJUS  |
| 24               | Arielle Gonçalves Vieira            | SENAJUS  |
| 25               | Priscilla Oliveira                  | SENASP   |
| 26               | Solange Berto de Medeiros           | STI      |
| 27               | Rodrigo Albernaz Bezerra            | STI      |

|                                            |                                                                                                                                                                                      |
|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Pauta da<br/>reunião<br/>(36318280)</b> | <ol style="list-style-type: none"><li>1. Governança em Ação;</li><li>2. Monitoramento das Políticas Públicas;</li><li>3. Informações Gerais; e</li><li>4. Encaminhamentos.</li></ol> |
|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

1. A reunião da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica (CT-CGE) foi aberta pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Coordenador da Comissão, Sr. David Freitas, que deu as boas-vindas aos participantes. Informou sobre a realização da reunião do Comitê de Governança Estratégica, tendo como pauta os temas Governança em Ação, Monitoramento das Políticas Públicas, Informes Gerais e Encaminhamentos.

2. Na abertura dos trabalhos, foi apresentada, no âmbito da iniciativa “Governança em Ação”, a experiência da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) denominada Projeto “Ouvitoria Inteligente”, o uso da inteligência artificial no aperfeiçoamento do acesso à justiça e na leitura de cartas oriundas do sistema prisional. A apresentação demonstrou a utilização de Inteligência Artificial - IA, por meio do Microsoft Copilot, a IA institucional do Ministério, para apoiar a leitura, a classificação e a análise de cartas recebidas pela ouvidoria, permitindo assim, maior agilidade no tratamento das manifestações.

3. Foram destacados os ganhos obtidos com a automatização de etapas preliminares de análise, a redução do tempo médio de tratamento das demandas e a importância da validação humana em todas as etapas do processo. Também foi enfatizada a necessidade de utilização exclusiva de ferramentas institucionais homologadas para tratamento de dados corporativos e sensíveis. Principais destaques da apresentação da Senappen:

- Utilização do Microsoft Copilot institucional para extração e resumo de informações de manifestações recebidas em meio físico;
- Identificação automática de temas sensíveis, como violência, tortura, maus-tratos e risco à vida;
- Redução do tempo médio de tratamento das manifestações de 11 dias para 4,6 dias;
- Redução significativa do passivo processual da Ouvidoria; e
- Reforço da importância do uso exclusivo de ferramentas institucionais homologadas para tratamento de dados corporativos.

4. Ao final, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação -STI destacou os riscos do uso de soluções não homologadas e informou a ampliação da disponibilização de licenças Copilot para os servidores do Ministério.

5. Na sequência, foram apresentados os resultados da “Política Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro”, conduzida pelo representante da Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS), por intermédio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI).

6. Foram destacados os avanços relacionados ao Conselho Nacional de Recuperação de Ativos (CONARA), ao Programa Nacional de Capacitação e Treinamento (PNLD), à Rede de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (RedeLAB) e à Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

7. Ressaltou-se o alcance integral das metas estabelecidas para o período monitorado, bem como o reconhecimento da ENCCLA como referência de articulação interinstitucional, inclusive em avaliações de organismos internacionais. Foram destacados na apresentação da Senajus:

- A atuação do Conselho Nacional de Recuperação de Ativos (CONARA);
- O Programa Nacional de Capacitação e Treinamento (PNLD), com mais de 48 mil agentes públicos capacitados desde sua criação;
- A RedeLAB, composta por laboratórios de tecnologia voltados ao combate à corrupção, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos;
- A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), reconhecida internacionalmente como boa prática de articulação interinstitucional;
- O cumprimento integral das metas estabelecidas para os eixos estratégicos monitorados; e
- O desenvolvimento de painéis de monitoramento (Business Intelligence) para acompanhamento das ações.

8. Em seguida, a Polícia Federal (PF) apresentou os resultados da “Política de Polícia Judiciária - Combate aos Crimes Cibernéticos”. Foram apresentados dados sobre o crescimento dos crimes cibernéticos no país e os resultados obtidos em operações policiais, investigações, ações de cooperação e iniciativas preventivas.

9. Destacaram-se os avanços no enfrentamento aos crimes contra crianças e adolescentes, fraudes bancárias eletrônicas, crimes de ódio e ações de educação digital por meio do programa Guardiões da Infância. Também foram apresentadas as perspectivas de ampliação da cooperação com estados e o desenvolvimento de novos sistemas para apoio às investigações. Foram destaques da apresentação da PF:

- O crescimento dos crimes cibernéticos em razão da transformação digital;
- A estruturação da política em quatro pilares: capacitação, prevenção, repressão e cooperação;
- A ampliação das operações policiais, prisões e investigações;
- A atuação em crimes contra crianças e adolescentes, fraudes bancárias eletrônicas e crimes de ódio;
- O projeto Guardiões da Infância, que alcançou mais de 42 mil pessoas em ações preventivas; e
- A implementação de acordos de cooperação com unidades federativas e novos sistemas de apoio às investigações.

10. Na pauta referente à metodologia de gestão de riscos e a nova versão do sistema, representantes da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) e da área responsável pela governança apresentaram o Sistema AGIR, ferramenta institucional baseada nas metodologias COSO e ISO 31000 para gerenciamento de riscos.

11. Foram discutidas a metodologia de implementação, a realização de oficinas de capacitação e a utilização inicial da ferramenta no contexto das políticas públicas monitoradas pelo Ministério.

12. Os participantes debateram a necessidade de compatibilizar a implementação da ferramenta com as demandas atualmente em curso e com as recomendações emanadas dos órgãos de controle, especialmente da auditoria do Tribunal de Contas da

União (TCU), que vem ocorrendo na gestão de políticas públicas do Ministério.

13. Já na pauta de Informes Gerais, foram reforçadas as orientações da Secretaria-Executiva – SE quanto à necessidade de acelerar a execução orçamentária das unidades e alerta sobre a importância da execução tempestiva das emendas parlamentares, considerando a relevância desses instrumentos para a implementação das políticas públicas e para o relacionamento institucional com o Congresso Nacional.

14. Também foram apresentados os avanços e o andamento da elaboração dos Relatórios de Avaliação das Políticas Públicas, incluindo a estrutura preliminar do documento e os prazos para envio de informações pelas áreas responsáveis.

15. Durante as discussões finais, foram registradas preocupações relacionadas ao acompanhamento de agendas transversais, planos, programas e compromissos assumidos pelo Ministério em diferentes instâncias governamentais, destacando-se a necessidade de aperfeiçoar mecanismos de monitoramento e consolidação dessas informações. Houve consenso quanto à importância de incorporar tais compromissos aos instrumentos de governança e monitoramento das políticas públicas, visando maior organização institucional e melhor capacidade de resposta às demandas dos órgãos de controle e de coordenação governamental.

16. Nada mais havendo a tratar, foi registrada a previsão da próxima reunião da CT-CGE para o dia 28 de julho de 2026, sendo os trabalhos encerrados após agradecimento aos participantes.

17. Por fim, agradeceu-se a presença de todos e a reunião foi encerrada.

## ENCAMINHAMENTOS:

### Próxima reunião:

- 28/07/2026, às 15h, sala 304, Edifício Sede, com as apresentações:
  - o SENAPPEN: Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal
  - o PRF: Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Augusto Sousa Guedes, Coordenador(a)-Geral de Transparência, Integridade e Riscos**, em 20/07/2026, às 15:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marina Reis Miguel Silva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - Substituto(a) Eventual**, em 20/07/2026, às 16:05, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo de Oliveira Antonio, Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 21/07/2026, às 10:34, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília da Silva Lima, Coordenador(a) de Administração**, em 21/07/2026, às 14:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **David de Lima Freitas, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 21/07/2026, às 15:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Solange Berto de Medeiros, Subsecretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 21/07/2026, às 15:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 22/07/2026, às 11:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Amorim de Souza Nogueira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Direitos Digitais**, em 23/07/2026, às 15:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana da Silva Melo, Colaborador(a) Eventual**, em 28/07/2026, às 13:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA LUZ, Chefe da Assessoria de Controle, Gestão de Riscos e Assuntos Estratégicos**, em 05/08/2026, às 13:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA DORIGAO YUVAMOTO, Usuário Externo**, em 11/08/2026, às 12:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto Angelo Barros Soares, Usuário Externo**, em 14/08/2026, às 08:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **36318173** e o código CRC **FC73406C**.  
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.